

NOVO BRASIL



PLANO DE
TRANSFORMAÇÃO
ECOLÓGICA

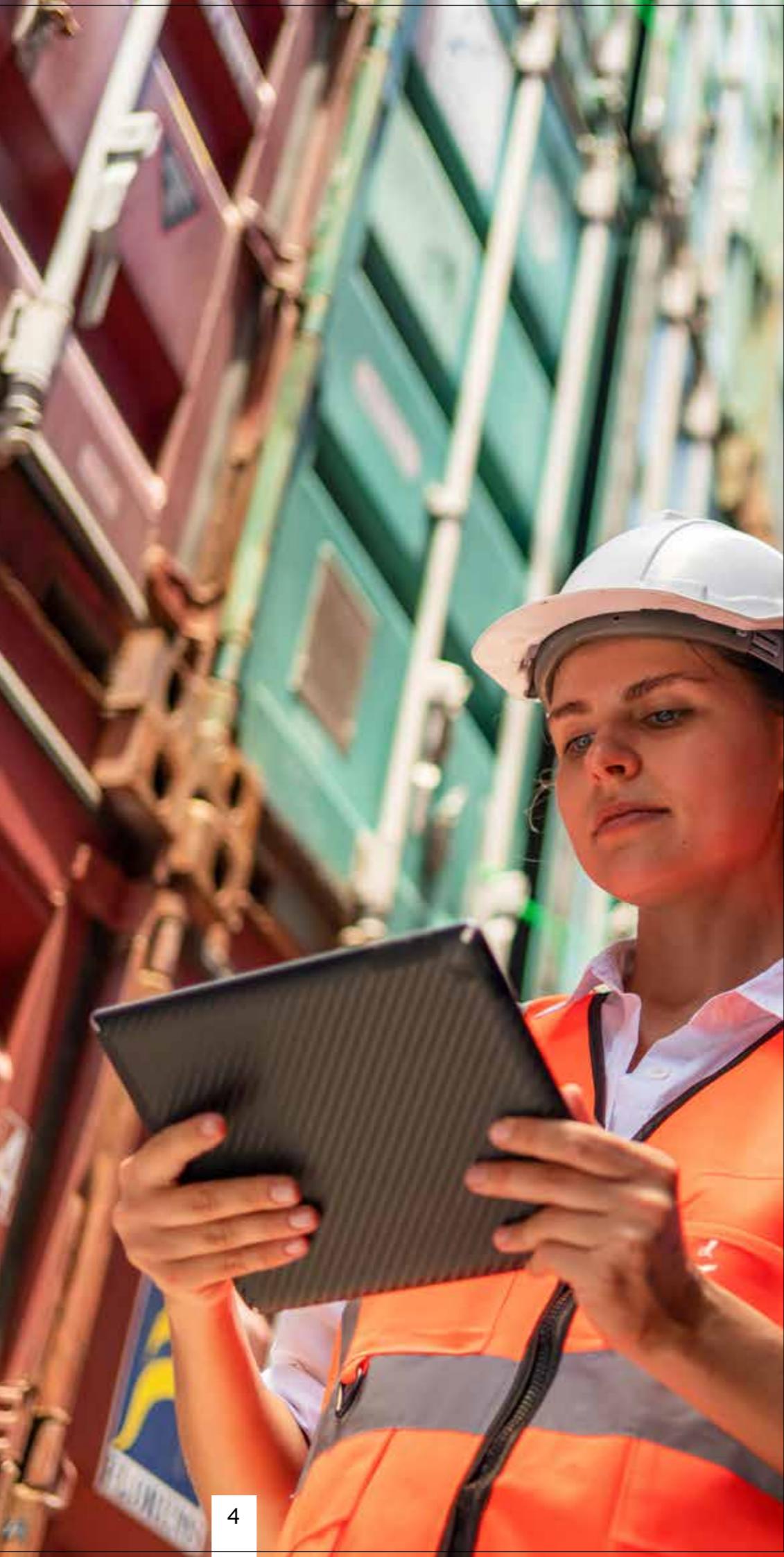


PLANO DE
TRANSFORMAÇÃO
ECOLÓGICA

Novo Brasil



**UMA NOVA
ECONOMIA.
UM NOVO
FUTURO.**



Crescer sustentável para crescer sempre

Conheça os objetivos do Novo Brasil

01 **Tecnologia e Empregos de Qualidade**

Expandir e modernizar a produção nacional em atividades com maior valor agregado, complexidade tecnológica e neoindustrialização. Elevar a produtividade econômica, criando postos de trabalho mais bem remunerados. Garantir investimentos públicos e privados em pesquisa e desenvolvimento em novas tecnologias de ponta.

02 **Sustentabilidade Ambiental**

Gerar riqueza para o país e, simultaneamente, reduzir o impacto ambiental da atividade econômica. Reduzir as emissões de gases do efeito estufa e a pegada ambiental do desenvolvimento econômico. Usar os recursos naturais de forma sustentável e proteger os ecossistemas.

03 **Distribuição de Renda e Transição Justa**

Distribuir os ganhos da transformação de forma mais ampla entre a população, reduzindo as desigualdades regionais e de renda. Diminuir os impactos das mudanças climáticas na vida da população, em especial dos mais pobres e vulneráveis.

Uma nova economia. Um novo futuro.

O Novo Brasil é o Plano de Transformação Ecológica com políticas públicas e ações estratégicas distribuídas em seis eixos temáticos. Esse plano constrói ferramentas para que nossa indústria, agricultura, energia, finanças e sociedade como um todo sejam impulsionadas a um novo patamar de desenvolvimento sustentável e tecnológico, gerando prosperidade, com melhores empregos e distribuição de renda mais justa para a população.

O Governo Federal, por meio do Ministério da Fazenda, apresenta o Novo Brasil, que já está construindo as bases sustentáveis e produtivas para uma sociedade brasileira desenvolvida do hoje e do amanhã.

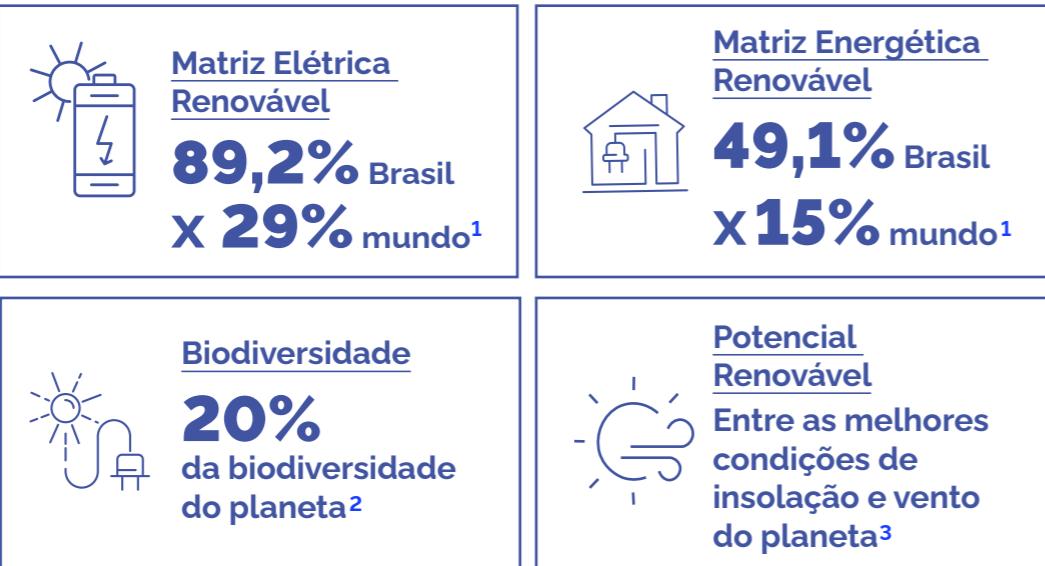
O plano visa estimular setores em que temos potencial competitivo destacado frente a outros países. Além disso, busca fomentar a produção de maior valor agregado e complexidade tecnológica, com incentivos à neoindustrialização e ao desenvolvimento nacional. Dessa forma, criamos **empregos de alta qualidade com melhores salários, aumentamos a produtividade e a competitividade da economia**, conquistando a liderança global em áreas de ponta na nova economia de baixo carbono, que está emergindo.

Para implementar esse amplo conjunto de políticas públicas, detalhado a seguir, o Ministério da Fazenda articula-se em cooperação com outros ministérios, como Casa Civil, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Ministério de Minas e Energia, Ministério da Agricultura e Pecuária, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, entre outros. Conta também com os Poderes Legislativo e Judiciário, os bancos públicos federais, as agências de fomento científico e tecnológico, as agências reguladoras e ampla participação do setor produtivo e da sociedade civil. É um plano do Brasil para um Novo Brasil.

Para nos tornarmos um país desenvolvido, garantindo o bem-estar de todos, temos que **produzir e exportar bens com mais tecnologia e valor agregado**. Experiências passadas como a Embraer, a Embrapa e a Petrobras – que integraram setor público, privado e educação superior, gerando empregos de qualidade com maior renda – provam que temos as condições de replicar essa fórmula que já deu certo aqui e em outros países.



Brasil: Potência Ambiental



Fontes:

1 Empresa de Pesquisa Energética

2 Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

3 Global Wind Atlas, Global Solar Atlas

Transformação Ecológica não é custo, é oportunidade.

Há alguns anos, achávamos que a mudança climática colocaria em risco as futuras gerações. Agora, sabemos que ela já é uma realidade.

Não podemos ficar parados esperando as consequências drásticas que vão afetar cada vez mais a população e toda a economia. Para dar uma resposta a esse enorme desafio, o Governo Federal já está trabalhando na transição para um modelo econômico mais próspero, sustentável e justo.

As melhores condições para atrair investimentos e gerar oportunidades como potência ambiental.

Não há mais dúvida sobre o rumo da economia global. As principais nações do mundo vêm lançando programas governamentais relacionados à economia verde com incentivos financeiros na casa dos trilhões de dólares. Pela primeira vez, o volume de investimento mundial em energia eólica e solar superou o de petróleo e gás em 2023.

Engana-se, porém, quem acredita que a transição para uma economia de baixo carbono é somente um custo a ser pago. Há, também, imensas oportunidades nesse contexto, e o Brasil tem a condição de se tornar líder em áreas estratégicas dessa nova economia de baixo carbono. Já somos uma potência ambiental. Agora, surge a oportunidade de nos desenvolvermos econômica e socialmente, com respeito ao meio ambiente, prosperidade para o país e renda para todos e todas.

CHEGOU A HORA DE TRANSFORMAR OPORTUNIDADE EM SONHO, SONHO EM PROJETO, E PROJETO EM AÇÃO.





É bom para o planeta.

BOM PARA A ECONOMIA

Oportunidades de novos negócios, aumento da produtividade e da inovação.

Fomento à neoindustrialização, agroindústria, bioeconomia, biotecnologia, economia circular, energia renovável, entre outros.

Mais investimento público e privado no setor produtivo e em pesquisa e desenvolvimento.

BOM PARA AS PESSOAS

Aumento da renda das famílias e dos trabalhadores, em especial da população mais pobre.

Oportunidades para estudantes e trabalhadores em novas profissões qualificadas e empregos mais bem remunerados.

Melhor qualidade de vida e adaptação às mudanças do clima.

BOM PARA A NATUREZA

Regeneração e preservação da biodiversidade brasileira.

Redução das emissões de gases de efeito estufa.

Atenção e conservação na adaptabilidade climática.

BOM PARA O BRASIL

Liderança global em sustentabilidade.

Novo ciclo de investimentos e crescimento econômico.

País preparado para a prevenção e o enfrentamento das crises climáticas.

É bom para todo mundo.

Estrutura do Plano

OBJETIVOS



Emprego e
Produtividade
Sustentabilidade
Ambiental
Justiça Social

EIXOS



Finanças
Sustentáveis



Transição
Energética



Adensamento
Tecnológico



Economia
Circular



Bioeconomia
e Sistemas
Agroalimentares



Nova
Infraestrutura
Verde e Adaptação

INSTRUMENTOS

Financeiros



Fiscais



Regulatórios



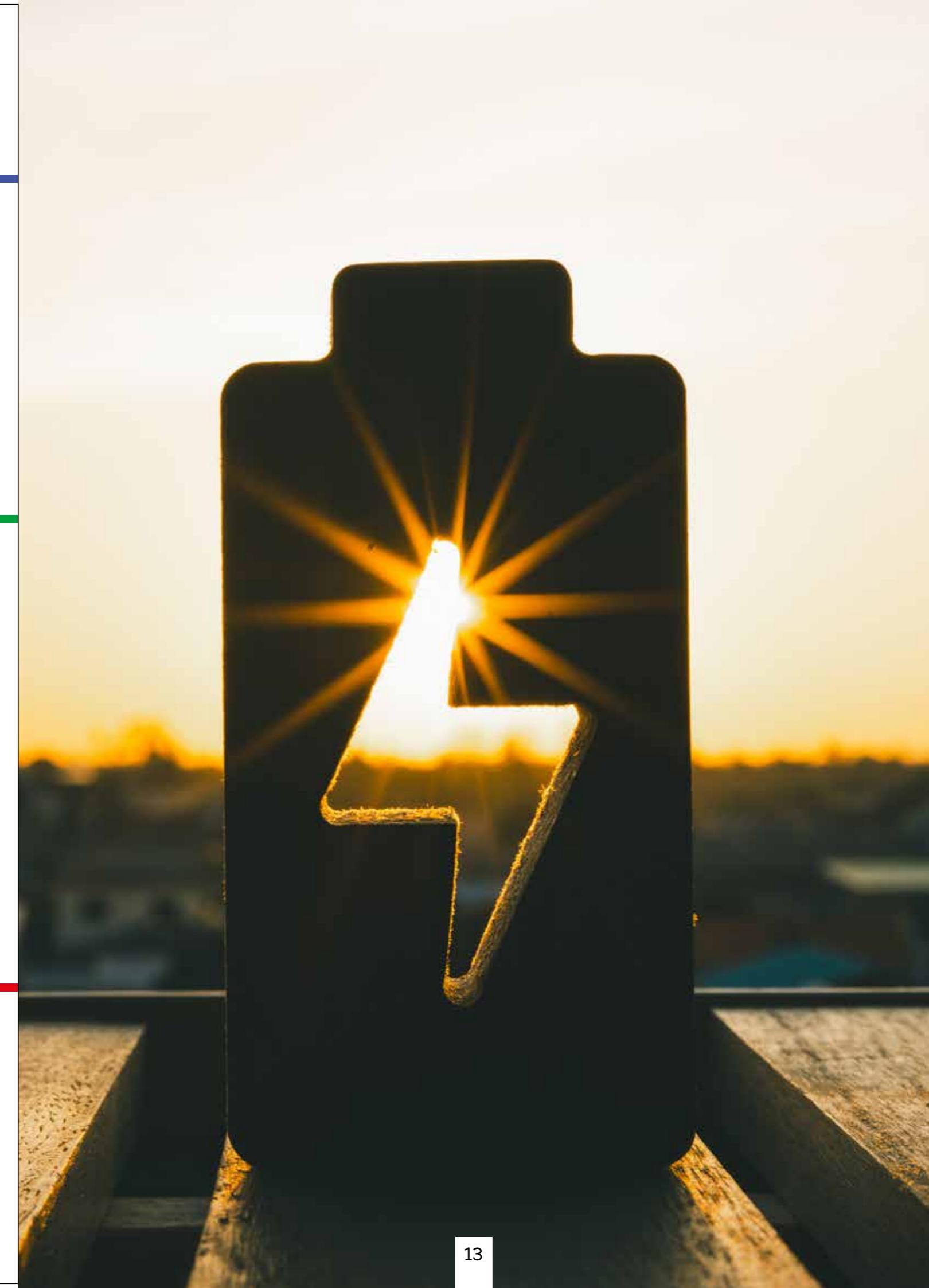
Administrativos



Creditícios



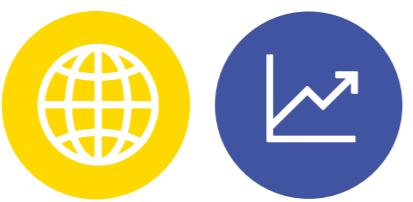
Monitoramento





Conheça os 6 eixos do programa

O Novo Brasil já começou: são políticas públicas que afetam todo o território nacional.



01 Finanças Sustentáveis

Uma nova era para o setor produtivo com finanças sustentáveis.

Direcionamento dos recursos públicos e privados, nacionais e internacionais para **atividades sustentáveis, desenvolvimento tecnológico, transformação ecológica, regeneração de biomas e adaptação às mudanças do clima**. Inúmeras ferramentas foram ou estão sendo criadas nesse sentido, entre elas: **Fundo Clima, Mercado de Carbono, Taxonomia Sustentável, Títulos Soberanos Sustentáveis, Fundo Florestas Tropicais, Eco Invest Brasil** – além de incentivos fiscais, tributários, financeiros e regulatórios específicos.

Retomada do papel do **BNDES** e da **Empresa Financiadora de Estudos e Projetos (Finep)** com linhas de crédito à transição energética, reflorestamento, pesquisa e desenvolvimento (P&D) de tecnologias de baixo carbono e adaptação climática.



Uso dos fundos públicos e financiamento dos bancos regionais para a nova economia de **baixo carbono**.



Produção e consumo mais sustentáveis com o novo sistema tributário, favorecendo as atividades menos poluentes.



02 Adensamento Tecnológico

Mais valor agregado na produção nacional.

Maior produtividade e inovação tecnológica na economia, impulsionando os **potenciais setores da transição** e agregando mais valor também aos produtos e processos nacionais já estabelecidos.

Uso dos Fundos Setoriais e de P&D, encomendas tecnológicas e compras governamentais para desenvolvimento de **tecnologia e produção nacional** mais sofisticadas.

Incentivo ao beneficiamento nacional de minerais e da produção agrícola com exportação de produtos mais complexos.

Institutos e Universidades Federais Sustentáveis e Inovadoras para formar a nova mão de obra necessária em sinergia com o setor produtivo local.



03 Bioeconomia e Sistemas Agroalimentares

Sustentabilidade no uso dos recursos naturais, na produção de alimentos e nas biotecnologias.

Apoio ao **desenvolvimento tecnológico e à difusão de inovações** junto ao **Plano Safra**, incorporando cada vez mais parâmetros sustentáveis, assistência técnica e taxas diferenciadas para as melhores práticas, com **mais produtividade e menos impacto ambiental**.

Fomento à agroindústria e à mecanização no campo.

Fomento à transformação de pastagens degradadas em **Sistemas Agroflorestais (SAFs)** e à criação de florestas produtivas com o **Arco da Restauração do Fundo Amazônia (BNDES)**.

Para que a floresta em pé gere renda, garantia de pagamentos por **serviços ambientais**, investimento em **P&D para exploração sustentável dos biomas, concessão florestal de unidades de conservação** e programa de **exportação de produtos florestais não madeireiros**.

No âmbito internacional, criação do **Fundo Tropical das Florestas** para remunerar países que conservarem suas florestas.



04 Transição Energética

Expansão da energia renovável com custo competitivo e desenvolvimento de cadeias de valor.

Fomento às tecnologias nacionais de ponta na área, com estímulos aos **biocombustíveis**, incluindo o **diesel verde, novas gerações do etanol** e o **hidrogênio** de baixa emissão de carbono para a indústria, transporte e exportação.

Conjugação da **expansão de energia eólica e solar no Nordeste** com o **desenvolvimento de cadeias produtivas relacionadas**. Substituição da geração a óleo nos sistemas isolados com o **Programa Energias da Amazônia**, com a garantia de acesso à energia elétrica em áreas isoladas.

Nos transportes, **Programa de Eletrificação de Ônibus Urbanos** com regras de conteúdo local e meta de redução das emissões para veículos leves, além de estímulos tributários aos menos poluentes, como o **Programa Mobilidade Verde**.

Na aviação, metas para redução das emissões e estímulos ao uso de **combustível sustentável de aviação (SAF)** e o **biobunker para transporte marítimo**. Todas as tecnologias com alto potencial para exportação.



05 Economia Circular

Novo modelo de produção que gera menos resíduos e demande menos recursos naturais.

Uso racional, recuperação, reciclagem e reúso de materiais e resíduos com estímulo à **economia circular**, visando à menor extração de recursos naturais, menor descarte de resíduos, logística reversa e redução da pegada ambiental.

Incentivos fiscais e regulatórios a municípios para ampliarem a **coleta seletiva, o uso de biodigestores e o fim dos lixões**. E apoio técnico e financeiro às cooperativas de catadores.

No saneamento, financiamento para **expansão da cobertura de água e esgoto e inovação tecnológica para tratamento de águas residuais**.



06 Nova Infraestrutura Verde e Adaptação

Segurança, prevenção e adaptação às crises e às mudanças do clima.

Nas cidades, o **Novo PAC** apresenta obras de infraestrutura para resiliência, redução de impacto das mudanças do clima e riscos de desastres naturais – como deslizamento de encostas e alagamentos. Também vem gradativamente aumentando parâmetros de **sustabilidade socioambiental** em todas as suas obras.

Em situações extremas, há programas de **transferência de recursos e decreto de emergência ambiental** para redução de impactos em municípios vulneráveis, além de resposta imediata e recursos para reconstrução de infraestruturas públicas.

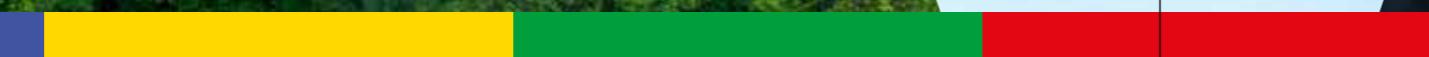
Apoio a municípios e comunidades mais vulneráveis nas **estratégias de prevenção a desastres**, além da parceria com a defesa civil no **mapeamento de áreas de risco**.

Estratégia para segurança e resiliência agropecuária, energética e sanitária.



O PLANO EM NÚMEROS

Cenários para a economia
brasileira com a adoção do Plano
de Transformação Ecológica.



AUMENTO DA RENDA

Crescimento de 10% do PIB
per capita até 2026 e de
100% até 2050.⁴

REDUÇÃO DO IMPACTO AMBIENTAL

Diminuição em 48% das emissões dos
gases do efeito estufa até 2025 e metas
graduais mais robustas com vistas a
alcançar a emissão líquida zero em 2050.⁵

REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Diminuição para, ao menos, 0,50
do coeficiente de Gini até 2025 e
abaixo de 0,40 até 2050.⁶

⁴ Cenários elaborados a partir de projeções internas do Ministério da Fazenda, tomando como base o ano de 2022.

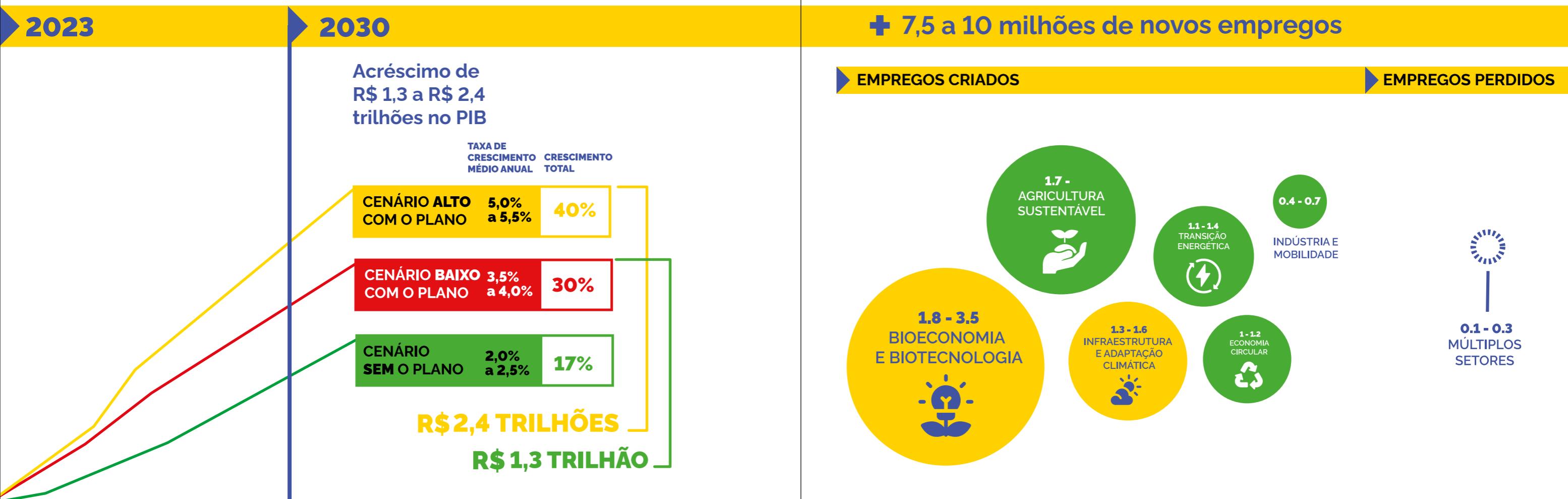
⁵ Cumprimento da NDC brasileira fixada no Acordo de Paris, com redução das emissões de gases de efeito estufa em 48% até 2025, em relação a 2005, e emissões líquidas neutras até 2050.

⁶ Cenários elaborados a partir de projeções do Ministério da Fazenda, tomando como base o ano de 2022. O coeficiente de Gini é utilizado para medir o grau de concentração de renda de um país. Numericamente, varia de zero a um. Quanto menor o índice, menor o nível de desigualdade.

Estudos Independentes

CRESCIMENTO DO PIB, EMPREGO E RENDA

Relatório Caminhos para o Plano de Transformação Ecológica do Brasil (Systemiq, CEBDS, Igarapé, MBC, UN Global Compact, 2024)⁷



CRESCIMENTO DO PIB, EMPREGO E RENDA COM NEUTRALIDADE DE CARBONO

Cenário para 2050 com Neutralidade de Carbono do Centro Clima – COPPE/UFRJ⁸



⁷ Potencial de crescimento do PIB do Plano de Transformação Ecológica. Fonte: Systemiq, CEBDS, Igarapé, MBC, UN Global Compact, Caminhos para o Plano de Transformação Ecológica do Brasil, 2024.

⁸ Os números representam a evolução de indicadores sociais em um cenário de implementação de políticas que permitam alcançar a neutralidade de carbono em 2050 em relação ao cenário base de 2020. Fonte: Centro Clima – Centro de Estudos Integrado Sobre Meio Ambiente e Mudança Climática – COPPE/UFRJ.



Desenvolvimento Regional



Atenção para quem mais precisa, transição justa para todas as regiões.

Cada região do país tem vocações próprias e vantagens por suas características socioambientais. O plano explora essas possibilidades para garantir oportunidade e renda – com atividades de alto valor agregado e empregos locais – em todo o território nacional. Sempre com olhar especial na redução das desigualdades.



No Nordeste brasileiro, o potencial de geração de energia renovável impulsionará a atração de investimentos para produção industrial sustentável, gerando empregos e desenvolvimento local. Foco também na bioeconomia, agroindústria e agricultura familiar, bem como na adaptação às mudanças do clima para regiões mais secas.

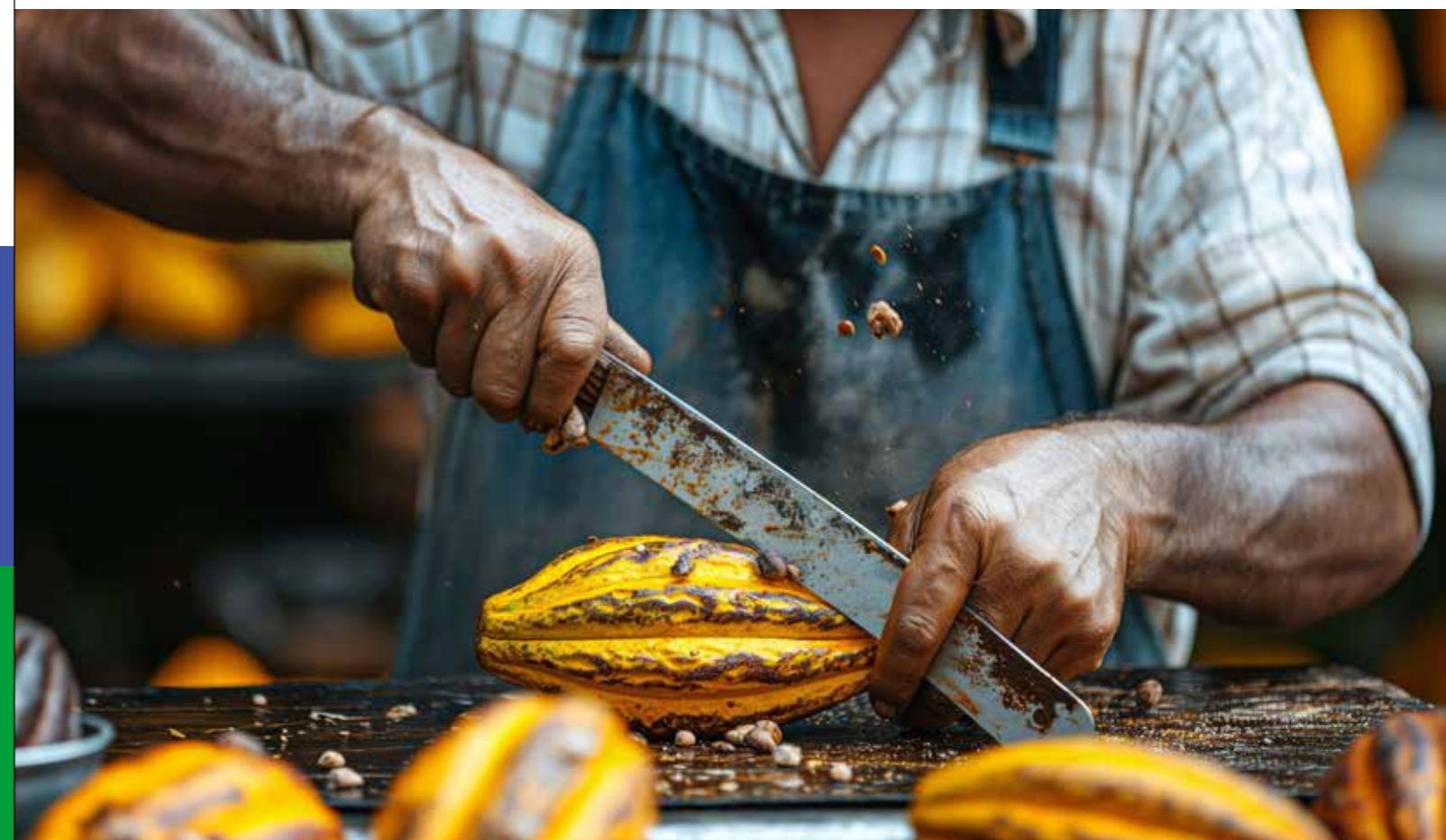


Na Amazônia Legal, os produtos florestais da sociobiodiversidade e a pesquisa e o desenvolvimento em biotecnologia e biofármacos são grandes apostas para negócios inovadores e geração de renda com a floresta em pé.



Fundos Constitucionais e de Desenvolvimento

Foco em financiamento para o adensamento tecnológico, aumento de produtividade e conteúdo local, somados a parâmetros de sustentabilidade e combate às desigualdades.





A transformação já começou!

Conheça algumas medidas que já estão em andamento.

Títulos Soberanos Sustentáveis e Fundo Clima

Nos últimos dois anos, foram captados aproximadamente R\$ 20 bilhões no exterior, com previsão de novas captações em breve. Os recursos foram alocados no Fundo Clima (MMA/BNDES) e estão sendo destinados a financiar a transformação ecológica em inúmeros setores.

SETORES APOIADOS PELO FUNDO CLIMA

Desenvolvimento urbano resiliente e sustentável; indústria verde; logística de transporte, transporte coletivo limpo e mobilidades verdes; transição energética; florestas nativas e recursos hídricos; serviços e inovações verdes.

Eco Invest Brasil

O programa Eco Invest Brasil cria mecanismos para atrair capital estrangeiro e aumentar o investimento de longo prazo na economia brasileira voltado para a Transformação Ecológica, característico de obras de infraestrutura e projetos de longa maturação.



São quatro linhas de crédito diferentes:

Financiamento Misto (Blended Finance) – Redução do custo de capital com a combinação de capital catalítico governamental e capital privado nacional e internacional.

Facilidade de Liquidez Cambial de Longo Prazo – Proteção contra desvalorização cambial para empresas com obrigações em moeda estrangeira, garantindo gestão eficaz de caixa e melhoria de crédito.

Derivativos de Câmbio – Redução do custo de cobertura cambial no Brasil e atração de Investimentos Diretos Estrangeiros para projetos verdes de longo prazo.

Estruturação de Projetos – Estímulo ao desenvolvimento de grandes iniciativas sustentáveis no Brasil, preenchendo a lacuna no cenário de projetos verdes do país.



Reforma Tributária e Incentivo à Sustentabilidade

A Reforma Tributária aprovada em 2023 é um marco histórico para a economia brasileira. Ela possibilitará a transição de um sistema tributário considerado um dos mais complexos do mundo para um dos mais modernos, digitalizado e automatizado.

Além da enorme simplificação, o novo sistema tributário desonera por completo as exportações e os investimentos. Também estimula a agregação de valor no Brasil, ao adotar a sistemática de valor agregado, sem acumulação indevida de tributos.

Nesse contexto, ela cria modalidades tributárias para desincentivar produtos poluentes, direcionando a produção e o consumo no rumo da Transformação Ecológica.

Programa Mobilidade Verde

Nos transportes rodoviários, esse programa inovador gera vantagens tributárias para a transição da nossa frota. Veja os critérios elegíveis:

Menor pegada de carbono

Maior reciclagem de materiais

Maior eficiência energética

Maior densidade tecnológica

Melhor desempenho estrutural e tecnologias assistivas à direção

Mercado de Carbono

O Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões é central dentro do Plano de Transformação Ecológica. Com base em experiências exitosas em outros países, ele estabelece um teto de emissões para alguns setores da economia formados por empresas de grande porte com alta emissão. As grandes empresas passarão a negociar licenças de emissão com outras que emitirem menos que sua cota – ou de agentes que capturam carbono da atmosfera, como a atividade de reflorestamento, por exemplo.

O teto de emissões para todos vai caindo ao longo do tempo, exigindo que as empresas invistam em melhorias nos seus processos produtivos e inovação para poderem cumprir suas metas em emitir menos gases de efeito estufa.





Fundo Tropical das Florestas



O Fundo Tropical das Florestas (TFFF) é uma iniciativa criada para financiar a conservação e a preservação das florestas tropicais em todo o mundo, remunerando os países que mantiverem suas florestas tropicais em pé.



Ao fornecer um pagamento pela conservação das florestas tropicais, atribuindo valor aos serviços ecossistêmicos que essas florestas prestam, o TFFF ajudará a reduzir a pobreza e a promover o desenvolvimento econômico nos países florestais.



O fundo deve ser anunciado oficialmente na COP de Belém, em 2025, e já está em processo de desenvolvimento, com colaboração de diversos países e instituições internacionais.



Taxonomia Sustentável Brasileira

É um sistema que classifica quais atividades econômicas no Brasil são consideradas sustentáveis. A Taxonomia ajuda a identificar negócios e empreendimentos que realmente contribuem para a transformação ecológica e para a redução das desigualdades sociais.

Essa ferramenta é importante porque orienta investidores e empresas a fazerem escolhas de investimento que beneficiam o planeta e a sociedade, reduzindo os riscos do chamado "greenwashing" – em que as empresas afirmam adotar medidas sustentáveis, mas não cumprem corretamente. Além disso, ela ajuda o Brasil a cumprir seus compromissos internacionais para um futuro mais sustentável e dialoga com a taxonomia de outros países, permitindo criar um fluxo de atração de investimentos.

A Taxonomia está em desenvolvimento e será divulgada para consulta pública até o final do ano.

Eventos Extremos e Situações de Emergência: o Exemplo do Rio Grande do Sul

Tragédias como a do Rio Grande do Sul nos mostram os enormes custos que a mudança climática pode nos trazer. Custos de vidas e de recursos de toda ordem acumulados ao longo de décadas por famílias, empresas e pelo patrimônio público.

O Governo Federal injetou grande volume de recursos para créditos extraordinários e antecipações para a reconstrução da região, além de todo o apoio logístico de inúmeros ministérios e órgãos. **Isso mostra como é mais vantajoso em todos os sentidos o caminho da prevenção do que o da reparação.** Assim, o Novo Brasil se concentra na prevenção a desastres e na adaptação das infraestruturas existentes para as mudanças climáticas.



UMA NOVA ECONOMIA. UM NOVO FUTURO.



Saiba mais.

Receba notícias